



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



As (Naturezas das) Geografias nas questões indígenas: tendências teórico-metodológicas em perspectiva a partir do IX SINGA 2019

Luana Elis Oliveira Pinto^I , Gerlane Gomes da Rocha^{II} 

^ILaboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6908-7218>

^{II}Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0746-4150>

RESUMO

O estudo da relação entre Geografia e questões indígenas tem sido um campo de interesse crescente, ainda que marcado por lacunas e desafios. Buscando, inicialmente, escritos de geógrafas e geógrafos que refletiram sobre a presença e/ou ausências de pesquisas relacionadas à temática indígena, como Amparo (2007), Guerra e Arruzzo (2020), Moutinho e Rocha (2020), o presente artigo analisa o tratamento dado aos conceitos e categorias nos estudos relacionados à questão indígena, destacando os temas abordados e a natureza das tendências epistemológicas predominantes. Para tanto, se utiliza como base os trabalhos situados nos Anais do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA-2019) relativos a essa discussão. A pesquisa revela um crescente interesse da Geografia nessas questões, embora desafie a construção de um arcabouço teórico-metodológico capaz de dialogar com as diversas perspectivas dos povos indígenas em seus territórios. Conclui-se que, essa análise oferece um caminho promissor para a sistematização do conhecimento científico sobre a Geografia e o diálogo com a questão indígena, bem como suas interfaces e tendências em eventos acadêmicos da área, particularmente na Geografia agrária.

Palavras-chave: Geografia agrária; povos indígenas; SINGA

The (Natures of) Geographies in indigenous issues: theoretical-methodological trends in perspective from the IX SINGA 2019

ABSTRACT

The study of the relationship between geography and indigenous issues has been a field of growing interest, although marked by gaps and challenges. Initially seeking writings of geographers and geographers who reflected on the presence and absence of research related to indigenous themes, such as Amparo (2007), Guerra e Arruzzo (2020), Moutinho y Rocha (2020) this article analyzes the treatment given to concepts and categories in studies related to the indigenous issue, highlighting the themes addressed and the nature of the predominant epistemological trends. Therefore, it is used as a basis for the works located in the Annals of the IX International Symposium of Agrarian Geography (SINGA-2019) related to this discussion. The research reveals a growing interest in Geography in these issues, although it challenges the construction of a theoretical-methodological framework capable of dialoguing with the diverse perspectives of indigenous peoples in their territories. It is concluded that this analysis offers a promising path for the systematization of scientific knowledge about Geography and the dialogue with the indigenous issue, as well as its interfaces and trends in academic events in the area, particularly in agrarian geography.

Keywords: Agrarian geography; indigenous peoples; SINGA

Las (Naturalezas das) Geografía en las cuestiones indígenas: tendencias teórico-metodológicas en perspectiva a partir del IX SINGA 2019

RESUME

El estudio de la relación entre geografía y cuestiones indígenas ha sido un campo de interés creciente, aunque marcado por brechas y desafíos. Buscando inicialmente escritos de geógrafas y geógrafos que reflexionaron sobre la presencia y/o ausencias de investigaciones relacionadas con la temática indígena, como Amparo (2007), Guerra y Arruzzo (2020), Moutinho y Rocha (2020). El presente artículo analiza el tratamiento dado a los conceptos y categorías en los estudios relacionados con la cuestión indígena, destacando los temas abordados y la naturaleza de las tendencias epistemológicas predominantes. Por lo tanto, se utiliza como base los trabajos situados en los Anales del IX Simposio Internacional de Geografía Agraria (SINGA-2019) relativos a esa discusión. La investigación revela un creciente interés de la Geografía en estas cuestiones, aunque desafía la construcción de un marco teórico-metodológico capaz de dialogar con las diversas perspectivas de los pueblos indígenas en sus territorios. Se concluye que, este análisis ofrece un camino prometedor para la sistematización del conocimiento científico sobre la Geografía y el diálogo con la cuestión indígena, así como sus interfaces y tendencias en eventos académicos del área, particularmente en la Geografía agraria.

Palabras claves: Geografía agraria; pueblos indígenas; SINGA

Introdução

Os estudos de base antropológica, histórica e/ou sociológica costumam ser campos de buscas imediatas para aquelas(es) que, como nós, tomaram o caminho investigativo sobre a realidade da questão indígena no Brasil e/ou na América Latina. Embora a ciência geográfica disponha de uma vasta “caixa de ferramentas” (Cruz, 2013) teóricas manejadas para o entendimento da relação sociedade e natureza, quando miramos para as pesquisas envolvendo os povos originários, a sensação inicial é de estarmos diante de uma enorme lacuna de compreensão sobre estes sujeitos e suas realidades.

Diante disto, alguns questionamentos são recorrentes: a que se destina as investigações geográficas sobre os povos indígenas? Qual tem sido a contribuição das pesquisas e análises geográficas para o entendimento do presente tema?

A busca por um caminho explicativo para essas questões iniciou-se pela averiguação do banco de teses e dissertações do repositório digital do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Entre 506 trabalhos de dissertações e teses defendidas, de janeiro de 2008 até maio de 2024, somente dois foram identificados com abordagens voltadas para a temática indígena, entre os quais podemos citar o trabalho de doutorado de Marli Araújo (2021) sobre a agricultura ancestral do povo Xukuru do Ororubá (PE), com o título “LIMOLAYGO TOYPE: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco”, que se configura, como a primeira tese desenvolvida com centralidade na relação dos povos originários com seu território na Geografia da UFPE e a dissertação de João Luiz da Silva Vieira (2022), também sobre o povo Xukuru, denominada “A agricultura do sagrado no fortalecimento da identidade territorial do povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira e Poção-PE”.

Apesar da aparente excepcionalidade da discussão sobre povos indígenas e Geografia intuída acima, é possível afirmar que vem ocorrendo uma mudança paradigmática gradual e bastante propositiva no interior da ciência desde o início do século XXI, no tratamento dessa questão. Longe de referenciar todas as produções científicas da Geografia que discutem alguma dimensão ou fenômeno relacionado aos povos indígenas, até mesmo anterior à temporalidade mencionada, e sem a pretensão de fazer tábula rasa do conhecimento acumulado, indicamos as contribuições de Lira (2004), Mota (2015), Santos Junior (2016), Santos (2019) e Amparo(2020).

Nota-se, no âmbito do recorte temático realizado, a necessidade de um diálogo mais profundo e diversificado com os territórios indígenas, principalmente no que tange aos povos do Nordeste e de Pernambuco. Conforme o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022), a região Nordeste concentra 31,22% da população indígena, do país, sendo a segunda em números absolutos, atrás apenas da Região Norte (44,48%). Já o Estado de Pernambuco é o 4º com maior população indígena no Brasil, antecedido por Mato Grosso do Sul (3º), Bahia (2º) e Amazonas (1º).

As páginas a seguir nasceram desse contexto prenhe de transformações e indagações, e foram se desenvolvendo a partir da necessidade de compreender como a relação entre a

Geografia e as questões indígenas no Brasil vem sendo construídas na atualidade. Desta forma, o presente ensaio visa analisar as tendências teórico-metodológicas nas produções científicas do campo geográfico que trabalham com a temática indígena. Tendo como ponto de partida as inquietações introdutórias, os caminhos da pesquisa foram traçados. De início, buscou-se escritos de geógrafas e geógrafos que refletiram sobre a presença e/ou ausências de pesquisas relacionadas à temática indígenas como Amparo (2007), Guerra e Arruzzo (2020), Moutinho e Rocha (2020).

Na sequência, para a construção de um perfil temático de produções sobre a questão indígena, optou-se por analisar os trabalhos reunidos no Anais (2020)¹ do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, ocorrido em 2019 e sediado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), *campus* Recife, com a seguinte temática: “Para além das cercas que nos cegam: as naturezas da r-existência na América Latina”. A referida edição do SINGA, organizado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC-UFPE), consolidou espaços fundados na edição anterior, de 2017, ocorrida em Curitiba/PR, e oportunizou uma maior circulação de pesquisa dos mais variados níveis, localidades e envolvimento com enfoque na temática indígena.

A partir dos dados organizados deste IX SINGA, foi possível identificar e apresentar brevemente o tratamento que pesquisadoras e pesquisadores deram aos conceitos e categorias nos trabalhos divulgados. O que permitiu situar as naturezas teórico-metodológicas das produções circunscritas ao Grupo de Trabalho (GT) específico para as discussões sobre questões indígenas no SINGA (2019), particularmente no GT 04. “Práticas e conflitos nos territórios indígenas”. Esta escolha possibilitou reconhecer um conjunto de temáticas abordadas (aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, educacionais, ambientais, entre outros), como também as tendências epistemológicas predominantes.

Ainda sobre a escolha metodológica pelas produções que circularam neste evento, esta estabelece estreita relação com a pesquisa de doutorado e mestrado referente a temática indígena que vem sendo construída pelas autoras do presente texto. Isso visa contribuir para a atualização contínua do levantamento bibliográfico e referencial teórico sintonizado ao que vem sendo realizado em termos de pesquisa no campo da Geografia Agrária brasileira. Junto

¹ Anais (2020) do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, Disponível em:

<https://singa19.wordpress.com/2020/10/08/anais-ix-simposio-internacional-de-geografia-agraria-e-x-simposio-nacional-de-geografia-agraria-2019/>

a isto, a participação na construção da concepção e da organização da edição do SINGA de 2019, contribuiu para o registro do percurso².

O texto encontra-se organizado em três momentos à parte das porções introdutória e conclusiva. A primeira seção “Um panorama da relação entre Geografia e questão indígena” se discute sobre a (in)visibilidade das pesquisas a respeito das questões indígenas no campo geográfico, demonstrando seu crescimento nas últimas décadas; em seguida “Geografia e questão indígena em números” nesta porção apresenta-se o quantitativo das produções reunidas sobre a temática indígena no SINGA revelando a origem geográfica das discussões e, por fim, em “As naturezas das geografias nos trabalhos sobre a questão indígena”, foi apresentada as diferentes perspectivas teóricas utilizadas nos trabalhos selecionados, que refletem nas abordagens conceituais sobre a interpretação das questões indígenas na Geografia.

Um panorama da relação entre Geografia e questão indígena

Tem sido objeto de análises o caráter rarefeito de trabalhos geográficos que evidenciem a questão indígena. Moutinho e Rocha (2020), realizaram investigação sobre as produções nos últimos 10 anos com enfoque no levantamento de publicações nas revistas com melhor avaliação na área (*Qualis A1*) e chegaram ao reduzido número de 24 artigos. Para a autora e o autor, foi destinada pouca visibilidade à questão indígena pela Geografia ou as pesquisas realizadas, não chegaram até as revistas de *Qualis A1*, conseqüentemente, de maior circulação e visibilização.

Moutinho e Rocha (2020), ainda apontam para a maior presença dessas publicações com ênfase na Geografia Cultural ou, pelo menos, a utilização do seu arcabouço teórico, onde conflitos territoriais e a formação de territórios indígenas são explicados na Geografia a partir da interlocução direta, sobretudo com a antropologia e seus métodos de pesquisa, e um vazio de publicações na “análise sobre as estratégias espaciais de dominação dos territórios indígenas em curso” (Moutinho; Rocha, 2020, p.56).

2 Memória está que se fez/faz coletiva, tanto no plano efetivo de gestação e parto do IX SINGA, juntamente com os membros do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC), do departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), quanto nas movimentações relacionadas aos estudos da temática indígena. Em meio a diversidade de pesquisas que compunham o LEPEC à época, o encontro entre pesquisadoras e pesquisadores com a temática indígena foi salutar para organização de um grupo de estudos indígenas a partir de 2018 e que resultou na realização de importantes atividades de campo, fortalecimento de diálogos com os povos e trocas sobre os percursos de investigação com culminância no encontro de diversas lideranças indígenas no IX SINGA.

Conforme ressalta Moreira (2000, p.32), são nos espaços das revistas que, em geral, se toma o primeiro conhecimento do que está circulando nos embates, cumprindo o papel de “agitar as ideias (*sic*), reciclar o vocabulário, ecoar os paradigmas, pavimentar a nova fronteira, mobilizar os intelectuais para a novidade dos debates. Contudo, o universo da análise realizada foi bastante restritivo, visto que apenas poucos periódicos são considerados de “máxima excelência” (A1). Para entendermos os efeitos da visibilidade da questão indígena ou ausência desta na Geografia, é preciso buscar espaços mais amplos de comunicação de pesquisa para, a partir de então, compreendermos qual Geografia para e dos povos indígenas vem sendo construída.

Os encontros/eventos de Geografia tem em sua história importantes momentos de ebulição e convergência de consciências e ideias. Voltados para diferentes públicos-alvo, de formação e de escalas de abrangência, cumprem uma importante função: aproximar pesquisadoras e pesquisadores com temáticas afins, proporcionar encontros e estabelecer redes de pesquisas. Tais encontros atualizam o que está em evidência nos estudos geográficos, como também expõe limites nas abordagens teórica-metodológicas e novos caminhos de superação destes limites.

A partir dessa perspectiva, Amparo (2006), Guerra e Arruzzo (2020) e Santos (2019) contribuem para a análise das pesquisas com enfoque na temática indígena a partir de eventos de áreas distintas da Geografia. A complexidade da questão indígena faz com que sua compreensão se estenda por diferentes abordagens nas ciências humanas, como no interior da própria ciência geográfica.

Sobre esse aspecto, Amparo (2006) discute a invisibilidade da questão indígenas na Geografia ao relatar como a referida temática surge no principal espaço de divulgação científica da Geografia Cultural³. Este apontou para o reduzido espaço de diálogo e de números de trabalhos voltados para tal questão, além da ausência da participação dos povos e um uso “genérico e insuficiente” no tratamento do tema, revelando “o quanto a geografia carece de profundidade com relação à questão indígena” (2006, p.266).

Por outro lado, Guerra e Arruzzo (2020) ao analisarem a produção científica geográfica que resguarda relação com a temática indígenas nos Encontros Nacional de

³ Relato elaborado a partir da participação do V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura, em 2006, realizado pelo NEPEC/UERJ.

Geógrafos (ENG) e no Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) apontaram o envolvimento crescente das pesquisas diante da referida temática. Com base nos dados sistematizado pelos autores, aqui atribui-se relevância aos dados divulgados sobre o SINGA, pois, além de “ser bastante representativo da área a que se refere, tendo forte relação com o debate dos movimentos sociais no campo brasileiro” (Guerra; Arruzzo, 2020, p.122) volta-se para nossa área de interesse de pesquisa.

No interstício de 10 anos do evento ocorreu um aumento expressivo dos trabalhos sobre questão indígena entre 2005 a 2013. “Nesse período os trabalhos triplicaram, saindo de cinco no primeiro evento analisado e chegando a mais de 15 em 2013” (Guerra; Arruzzo, 2020, p. 126). E, mesmo registrando uma pequena queda nos trabalhos publicados na edição de 2015, os autores complementam que “... o número ainda se mantém bastante elevado em relação aos trabalhos encontrados no início dos dez anos em questão” (*idem*, 2020, p.126).

Contudo, os autores asseveram que a difusão destes trabalhos na temática indígena desde a geografia carecem de visibilidade. O desconhecimento de produções anteriores e contemporâneas na Geografia trabalhando com os povos indígenas reflete em dilemas e desafios que dificultam o avanço nas discussões acerca dos processos socioespaciais destes, “análises potencialmente interessantes e que podem contribuir para questões centrais na agenda política desses povos” (Guerra; Arruzzo, 2020, p.116).

No estudo empreendido por Santos (2019), no qual destaca a importância da edição do SINGA de 2017, que ocorreu entre os dias 01 e 05 de novembro em Curitiba-PR, este evidencia não somente o salto numérico de pesquisas divulgadas sobre a temática indígena, onde afirma que aquela edição “contou com 32 trabalhos inscritos, o dobro em relação ao Simpósio anterior” (2019, p.28). O autor atribui relevância também em termos qualitativos. No SINGA de 2017, pela primeira vez, foi organizado um Grupo de Trabalho (GT) específico para a temática indígena, o GT 03: “Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas” e um o Espaço de Articulação, intitulado “Mobilização Indígena e das comunidades tradicionais: autonomia territorial”, sendo um espaço político de aprofundamento do debate com participação efetiva de representantes dos povos.

Geografia e questão indígena em números: o que se viu no SINGA 2019

A programação do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), em

Recife, contou com diversos espaços que proporcionou encontros, diálogos e vivências perpassando as seguintes estruturas: 01 conferência de abertura, 10 Mesas redondas, 35 oficinas, 5 trabalhos de campo e 21 Grupos de Trabalhos, além de lançamentos de livros e produções de audiovisual, 01 feira agroecológica intitulada “Feira dos Povos do Campo e da Cidade”, apresentação de coletivos artísticos-culturais pernambucanos, SINGA na Rua e plenária final.

Entre os espaços de conferência (1) e mesas de comunicação (10), em seis destes, estiveram presentes importantes lideranças indígenas em atuação nacional e internacional, correspondendo a lideranças dos povos: Tupinambá, Pankararu, Pankará, Munduruku, Ka’apo, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Jenipapo-Kanindé e Mapuche, evidenciando, assim, uma preocupação metodológica dos encontros científicos da Geografia Agrária, buscando estabelecer um diálogo de saberes e de produção de conhecimento com os povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Espaço de Articulação: “Redes de povos indígenas, originários e quilombolas em resistência territorial”, em consonância com a edição 2017, permaneceu enquanto espaço político-pedagógico de debate com vistas à construção de agendas comuns e ações de resistências entre povos, organizações sociais, civis e comunidade acadêmica.

Nos Grupos de Trabalhos (GT’s) foram contabilizados, através dos Anais do SINGA 2019, um total de 740 trabalhos acadêmicos, dos quais 50 pesquisas referem-se a algum aspecto da questão indígena, ou seja, 6,76% do total. Isso representa um aumento considerável da presença dessa temática em comparação com as edições anteriores do evento analisadas por Guerra e Arruzzo, (2020) e Santos (2019).

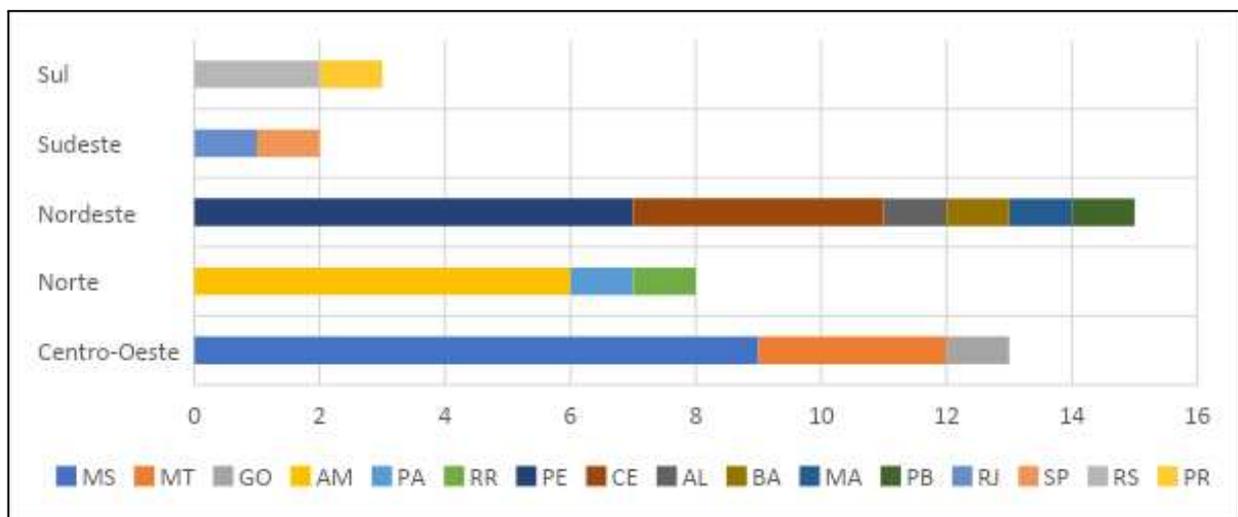
Destes trabalhos, 38 estavam concentrados no GT 04 intitulado: “Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas”. Além deste, a temática indígena apareceu em outros oito grupos de trabalho⁵, com destaque para o GT 03: “Comunidades tradicionais na luta por territórios”, o qual foi o segundo com maior número de pesquisas relacionadas, contendo seis trabalhos⁴. A reunião destes dados permite contribuir para a atualização da sistematização realizada por Guerra e Arruzzo (2020) a respeito da ampliação das pesquisas

4 Além dos GT’s 03 e 04, encontramos pesquisas nos seguintes grupos: GT 02 – Mobilização camponesa na América-Latina (1), GT 05: Agroecologias, economias solidárias e mercados camponeses (1), GT 06: Política públicas e perspectivas de desenvolvimento para o campo (1), GT 15: Projetos de extensão universitária, de formação e de produção de materiais didáticos e audiovisual (1), GT 17: Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar (1), GT 18: Questão de gênero, geração e sexualidade no campo (1) e GT 21: Entre a terra-floresta e a floresta tropical: Amazônia como lugar de muitos mundos no sistema-mundo contemporâneo (1).

realizadas na Geografia Agrária e apresentadas no SINGA no que tange aos territórios e territorialidades indígenas.

O Gráfico 1 ilustra a representatividade das discussões acerca da questão indígena por regiões do Brasil e como estas se distribuem pelos estados brasileiros. Três aspectos merecem destaque: 1) o número considerável de trabalhos advindos do Centro-Oeste, especialmente do Estado do Mato Grosso do Sul; 2) o volume de trabalhos sobre a Amazônia e 3) a grande diversidade de estados e, conseqüentemente, de trabalhos da região Nordeste.

Gráfico 1: Número de trabalhos com temática indígena por região e estados abrangidos no SINGA 2019⁵



Fonte: Anais do SINGA 2019. Organizado por: Pinto, 2024

Todas as regiões foram representadas com, pelo menos, um trabalho que evidenciou uma etnia indígena ou mais, conforme apresentado no Quadro 1 e no Mapa 1. As Terras Indígenas (TI) multiétnicas como a TI do Xingu, localizada no Centro-Oeste e a TI Raposa Serra do Sol, situada na região Norte, também apareceram em trabalhos publicados. Existem ainda uma quantidade considerável de publicações que abarcam a temática indígena sem focar especificamente em um povo, como análises de conjuntura (3 trabalhos) ou discussões teóricas (3), além de trabalhos com discussões pertinentes sobre povos indígenas de fora do território brasileiro.

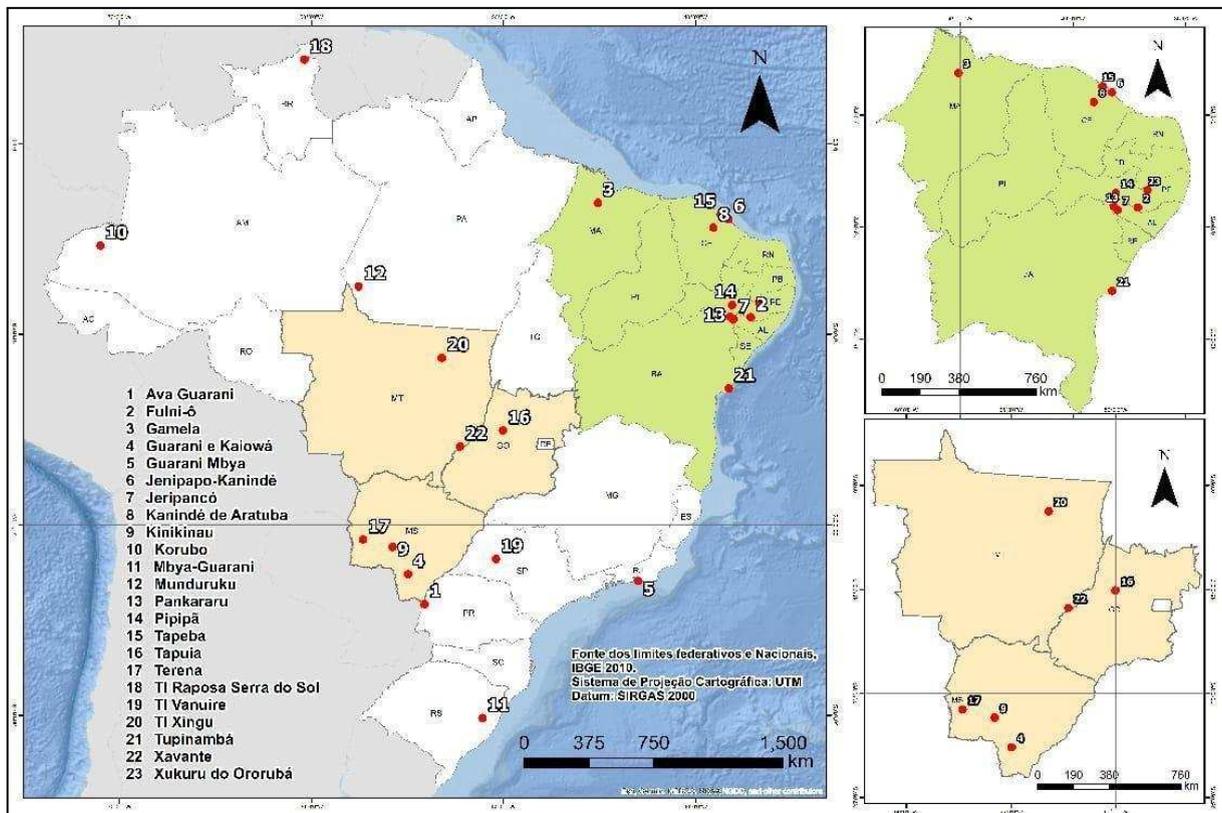
⁵ Os números agregados e representados no Gráfico 1 não contemplou os trabalhos que envolvem povos indígenas de fora do Brasil, bem como trabalhos mais abrangentes como análises de conjuntura e discussão conceitual.

Quadro 1: Etnias e Terras Indígenas (TI) evidenciadas nos trabalhos publicados nos Anais do SINGA 2019

Regiões	Etnias e TI
Centro-Oeste	Kinikinau, Guarani e Kaiowá, Tapuia, Terena, Xavante, TI do Xingu
Norte	Korubo, Munduruku, TI Raposa Serra do Sol.
Nordeste	Tapeba, Pipipã, Xukuru do Ororubá, Fulni-ô, Tupinambá, Gamela, Jeripankó, Pankararu, Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé.
Sudeste	TI Vanuíre, Guarani Mbya.
Sul	Mbyá-Guarani, Ava Guarani.

Fonte: Anais do SINGA 2019. Organizado pelas autoras, 2024

Mapa 1: Localização das Etnias e Terras Indígenas (TI) evidenciadas nos trabalhos publicados nos Anais do SINGA 2019



Fonte: Anais do SINGA 2019. Organizado por: Rocha, 2024

Observa-se, assim, que as regiões Nordeste e Centro-Oeste obtiveram mais trabalhos

atrelados a algum povo indígena ou TI do seu território. No plano teórico-metodológico, é bastante revelador as diferentes formas de aproximação geográfica realizadas em relação à análise da questão indígena. Os temas, os conceitos e as categorias mobilizadas na leitura da realidade desses contextos se mostraram igualmente diversos, merecendo especial atenção no tópico a seguir.

As naturezas das Geografias nos trabalhos sobre a questão indígena

Desde o movimento de renovação do pensamento geográfico, evidenciado temporalmente no Brasil, nas últimas décadas do século XX, há uma considerável relevância de trabalhos no âmbito da Geografia agrária, que alicerçam seus pressupostos na teoria social crítica de base marxista (Marques, 2018). Assim, o método dialético tem sido evocado para a compreensão das contradições materializadas no espaço agrário brasileiro em sua totalidade historicamente construída e que se expressam no movimento da realidade com vistas a sua transformação.

Neste tipo de abordagem, a relação capital-trabalho se destaca como caminho explicativo, sobressaindo a dimensão das lutas de classe em detrimento de dimensões que ganham projeção na atualidade, como as questões étnicas, raciais e de gênero. Isso impulsiona críticas e implicações de renovação deste pensamento a partir do denominado “giro decolonial”. Ballestrin (2013) argumenta que a radicalização do argumento pós-colonial na América Latina, feita pelo grupo Modernidade-Colonialidade (Escobar, Mignolo, Dussel, Quijano, etc), encontra-se precisamente nesse “giro decolonial”, configurado como um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 105). Essa abordagem confronta, então, a imposição de estruturas homogêneas da colonialidade que não consideram uma visão abrangente da totalidade e das múltiplas territorialidades (Haesbaert, 2021).

A perspectiva decolonial, por sua vez, é a expressão-síntese da construção de um pensamento social crítico que tem em vista compreender os processos concernentes à instituição do sistema-mundo enquanto padrão de poder hegemônico e hierarquizado. Esse sistema foi fundamentado, a partir da colonização da América, no processo de expansão territorial do capital, impondo um projeto de base eurocêntrica (Porto-Gonçalves, 2013). Desse modo, compreende-se, conforme Porto-Gonçalves (2013, p.25) que “A modernidade

européia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade modernidade-colonialidade-racialidade continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder”.

Tal abordagem aporta na Geografia Agrária que se debruça sobre as lutas sociais (indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, ambientais) e tem tido bastante repercussão, principalmente, na condução teórica de temas correlatos às dimensões espaciais e territoriais dos povos indígenas. Ambas as tendências, tanto a abordagem marxista quanto a decolonial, estão presentes na análise dos trabalhos reunidos, contribuindo para a construção do “chão” teórico-metodológico destas pesquisas. Esse substrato teórico permite a interpretação de diversos aspectos, que envolvem a conflitualidade em disputas territoriais e de uso destes, o modo de vida, a relação com a terra/território e suas expressões culturais, ambientais, educacionais, entre outros aspectos, como veremos adiante.

Na elaboração da síntese sobre os temas abordados ficou evidenciado a primazia de questões vinculadas ao conceito de território explorada em sua multidimensionalidade e multiescalaridade (Fernandes, 2009) atravessando os aspectos econômicos, sociais, político, culturais, educacionais, ambientais, entre outros e analisados desde uma perspectiva histórica/estrutural ou mesmo conjuntural.

Conforme apresenta Cruz (2013, p.5) “todo conceito possui uma linha de visibilidade/enunciação, de força e de objetivação, sendo essa configuração que confere especificidade a cada conceito”. Dito isso, embora haja a predominância do manejo do conceito geográfico de território em grande número dos trabalhos analisados, a condução da natureza complexa e heterogênea deste conceito, articulado ao campo de problematização que lhe dá sentido, bem como com o alicerce teórico-metodológico balizado contribui com o avanço na compreensão das questões indígenas a partir do campo geográfico. Assim, foi reconhecida uma diversidade de mobilização sobre o conceito território em níveis de semelhança e de distinção, de contrapontos e de complementação que revelaram sua complexidade e proposição analítica.

O entendimento de território indígena enquanto categoria analítica, por vezes, passou pela ativação do instrumento constitucional que o define, a partir do direito originário, como terra tradicionalmente ocupada e necessária para a reprodução física e cultural destes povos. Essa ampla concepção torna-se fundamental para a compreensão dos processos de resistência e afirmação étnica, de luta pelo reconhecimento de direitos e defesa da

demarcação de suas terras diante do imperativo das violências e dos conflitos. Essas reflexões são centrais, pois como aponta Haesbaert (2020), para os povos indígenas, o território não é apenas uma área de terra delimitada, mas também um espaço sagrado, onde estão entrelaçadas suas tradições, sua história e sua conexão com a natureza. É visto como um local de pertencimento, onde a comunidade se desenvolve e mantém sua identidade cultural.

A exemplo disto, em Faria e Hollanda (2020) ao investigarem a região de ocupação tradicional do povo Ava Guarani, no oeste paranaense, “marcado, atualmente, por graves conflitos sociais atrelados à disputa pela posse da terra envolvendo produtores rurais, empresas e indígenas” (p.2629) destacam a relação entre o sentido de fortalecimento do *nhandereko* – entendido como modo de viver, de acordo com seus costumes e tradições com as terras de ocupação tradicional.

Por sua vez, Cornetta (2020) analisando o movimento da “frente pioneira gaúcha” no avanço da fronteira agrícola, entre os vales do Araguaia e do Xingu e relacionada com os processos de modernização conservadora, a categoria de análise território indígena diante os processos em discussão revela-se como “barreiras espaciais ou geográficas”. A questão do território indígena aparece como elemento importante na compreensão das temporalidades da dinâmica da fronteira.

A temática da produção agrícola/agricultura nos territórios indígenas apresentou linhas de visibilidade e força que, quando colocadas em comparação, se contrapõem. Em Ordônio, Vieira e Maciel (2020) a realização da atividade produtiva está muito mais próxima de um sentido sagrado e de fortalecimento da identidade do povo Xukuru do Ororubá, localizado em Pernambuco. O desenvolvimento da agricultura do sagrado estabelece estreita relação entre território e identidade.

O plantar para o povo Xukuru é um ritual, é a apresentação aos encantados, os encantados, pedido de permissão. Essa relação íntima entre agricultura e o mundo dos e conseqüentemente concatenada a território e identidade, é o principal elemento constituinte da gênese da Agricultura do Sagrado (Ordônio, Vieira e Maciel, 2020, p.2664).

Em Santos e Costa (2020) quando da análise sobre a conflitualidade que envolvem os Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, com a expansão de produção açucareira pautado em um modelo agrário/agrícola hegemônico, esboça linhas de visibilidade e força onde a

dimensão econômica se notabiliza e se antagoniza ao sistema agrícola contra-hegemônico apresentado anteriormente. “Para os indígenas, o território é um bem coletivo, destinado a produzir a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. (...), enquanto que para o sistema capitalista ele é fonte de acumulação (por espoliação)”. Deste modo, fica “perceptível a contraposição entre o sentido e valor que o território assume para o capitalismo e para os povos indígenas (2020, p.2763-2764).

Em Ordônio, Vieira e Maciel (2020), a agricultura no território indígena estabelece relação com a expressão de suas territorialidades a partir da reorganização territorial/re-territorialização. Em Santos e Costa (2020), a agricultura se impõe como determinante de conflitos que promovem desterritorialização e, conseqüentemente, busca por reconquista territorial/reterritorialização do povo indígena.

Abordagens relacionadas aos impactos de projetos de desenvolvimento e grandes empreendimentos em territórios indígenas também se apresentaram com bastante relevância, como se nota no trabalho de Gonçalves, Gonçalves, Gurgel *et. al.* (2020) que versa sobre a vulnerabilização territorial e os efeitos na saúde da população indígena Pipipã em virtude da transposição do rio São Francisco. A territorialidade Pipipã anterior à transposição do rio São Francisco, marcada pela “afirmação étnica, da tradição, cura, costumes, expressões socioculturais, de que vivem e como trabalham” passa a ser determinada por

ameaça a reprodução social e a saúde indígena, pela introdução de novas vulnerabilidades socioambientais, por exemplo, violências; favorecendo várias ações de grileiros, a saber, invasões de terra e conflitos por terra e água. (Gonçalves, Gonçalves, Gurgel *et. al.*, 2020, p. 2627).

Malheiros (2020) e Fernandes e Barbosa (2020) discutem importantes perspectivas geográficas para o entendimento da questão indígena em contextos urbanos. A primeira autora revela os conflitos vivenciados pela expressão da alteridade indígena em situação de contato interétnico com o avanço da urbanização. O urbano entendido como projeto civilizatório baseado “na negação da identidade étnica como elemento integrante da questão urbana, consolidando a concepção de indígena como não-cidade” (Malheiros, 2020, p.2970). Os autores subsequentes abordaram a situação das populações indígenas em contexto de desterritorialização, realizando uma leitura sobre os indígenas Pankararu que, diante do deslocamento e da mobilização da força de trabalho em direção ao sudeste, reconstruíram suas identidades étnicas por meio da territorialização em redes ocultas “calcada numa

memória étnica forte e presente, é mais um exemplo da ramificação desse povo, que frente às diferenças de contato nesse novo espaço, passa por novos processos identitários e de territorialização” (Fernandes, Barbosa, 2020.p. 2978).

Outras temáticas foram identificadas e contribuíram teórica e metodologicamente na operacionalização de conceitos que estruturam a ciência geográfica e a desafiam na leitura e interpretação da questão indígena. Dada a complexidade da temática e seu entrelaçamento com a Natureza, ainda sendo interpretada de forma bastante cindida na Geografia enquanto aspecto ambiental, ou meio ambiente, a superação da compartimentação da ciência de herança positivista faz parte da superação das contradições esboçadas nos trabalhos apresentados.

Desta forma, foi possível encontrar a influência expressa na relação interdisciplinar com a Antropologia desde a etnográfica, da História no levantamento documental e da utilização de técnicas cartográficas como o Sistema de Informações Geográficas (SIG), a partir do geoprocessamento no monitoramento de terras indígenas. Além de temáticas relacionadas à educação e recursos didáticos, comunicação popular, gênero e cultura alimentar que mobilizam outros procedimentos de pesquisa e que, em virtude dos limites do presente texto, nos restringimos apenas na menção destes como possibilidades de abordagens investigativas no âmbito da ciência geográfica.

Algumas considerações para (não) finalizar

Entendemos que os estudos sobre a temática indígena não se configuram como algo inédito no interior da Geografia. O conhecimento produzido e acumulado até agora sobre esta relação não se restringe ao que se encontram disponíveis nas plataformas digitais. Pelo contrário, representa a ponta do *iceberg* de um acervo bibliográfico que necessita se reconciliar, a cada tempo histórico, com os sujeitos a qual se dispõem a estabelecer uma interlocução.

Consideramos que a Geografia se reencontra com a temática indígena na atualidade. E é nesse reencontro que mora uma das primeiras dificuldades na busca por trabalhos dedicados à temática. Isso resulta na produção científica de uma Geografia que aprende a se comunicar desde a dispersão, tanto dos povos quanto dos(as) pesquisadores(as). Necessita-se, portanto, de encontros e reencontros para avançar criticamente os caminhos não somente de investigação e interpretação, mas também de superação da realidade que os

atravessa.

A análise inicial que realizamos apontou que os eventos/encontros em Geografia, tal como o Simpósio Internacional de Geografia Agrária, são espaços que mais agregam, difundem e comunicam novas e consolidadas pesquisas diante dos espaços restritivos das revistas eletrônicas. A Geografia que se faz para/dos povos indígenas, quando questionada sobre uma suposta ausência de investigações, na verdade, carece mais de visibilidade para que, a partir destas, se possa estabelecer caminhos teórico-metodológicos capazes de compreender a complexidade das questões apresentadas.

Os trabalhos divulgados nos Anais do SINGA de 2019 evidenciam a presença da questão indígena em todo o território brasileiro, ressaltando uma das principais contribuições da Geografia: a compreensão e atualização da realidade material e imaterial dos povos indígenas em suas diversas escalas de atuação e articulação. Além disso, os estudos apresentaram elementos explicativos comuns no que diz respeito às perspectivas do conceito de território amplamente utilizado, com destaque para as ligações estabelecidas com territórios indígenas do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, em especial os Estados de Pernambuco e do Mato Grosso do Sul. As questões indígenas foram trabalhadas mediante teias relacionais estabelecidas entre o conceito de território junto a outros conceitos estruturantes do campo geográfico, tais como espaço, paisagem e rede. Estas relações mobilizaram outras dimensões analíticas internas ao próprio conceito de território como conflito, poder, apropriação, expropriação e derivativas deste como abordagens de processos sobre territorialização, desterritorialização, reterritorialização, transterritorialidade, dinâmica territorial e novas territorialidades.

Com isso, o desafio posto se dá pelo fortalecimento de um pressuposto teórico-metodológico que saiba lidar com perspectivas tão heterogêneas através do diálogo, divulgação e visibilização do pensamento geográfico para/dos povos indígenas, ainda mais quando as conjunturas se apresentam tão ameaçadoras para a r-existência destes povos.

Ficou evidente, por meio de Guerra e Arruzzo (2020), o crescente interesse e a permanência da Geografia nas discussões sobre questões indígenas nas últimas décadas do século XXI. Essa tendência é reforçada por Santos (2019) e pelo grande volume de trabalhos publicados na edição do SINGA 2019, analisados por nós. Contudo, para lançar desafios de análises da conjuntura dessa perspectiva, muito mais do que fechar uma reflexão nessas breves considerações, a partir de um estudo preliminar observou-se uma redução significativa de

trabalhos sobre a questão indígena nos anais da edição mais recente do SINGA, realizada em 2023, (São Paulo-SP)⁶. Nesta edição, apenas 7 trabalhos abordavam a temática, sendo que 6 deles estavam vinculados ao GT3: “Povos Indígenas: autonomia, territorialidades e conflitos. Este contexto levanta a necessidade de novas leituras para verificar a compreensão da questão indígena no âmbito geográfico.

Por fim, essa forma de análise revela um caminho interessante para a sistematização do conhecimento científico sobre os estudos da Geografia voltados à questão indígena, incluindo seus diálogos, interfaces, perspectivas de abordagem e tendências em eventos acadêmicos, especialmente na Geografia Agrária.

Referências

- AMPARO, S. dos S. **Da invisibilidade da questão indígena na geografia**: relato de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.253-277, dez. 2007
- ARAÚJO, M. **LIMOLAYGO TOYPE**: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco. **Tese** (Doutorado). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, 2021.
- CORNETTA, A. Movimentos de fronteira e a questão indígena no Mato Grosso. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- CRUZ, V. do C. A "teoria como caixa de ferramentas": reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: Encontro nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 10., **Anais**. Campinas/SP: 2013.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.
- FARIA, C. S. de; HOLLANDA, T.P.B de. Formação da propriedade privada e povos indígenas no Oeste do Paraná: impulso e permanência dos conflitos territoriais. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- FERNANDES, A. M.; BARBOSA, J. M. A. Territórios em redes ocultas: identidades e ramificações Pankararu em Pernambuco e São. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão

6 Anais (2024) do X Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Disponível em: <http://xsinga.fflch.usp.br/anais>

Popular, 2009.

GONÇALVES, G. M. S; GONÇALVES, C. U; GURGEL, I et. al. Território cortado e vulnerável: sequelas de grande empreendimento e desafios para a demarcação de terra e a saúde, no povo Pipipã, Floresta. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

GUERRA, E. F.; ARRUIZZO, R. C. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 115-136, dossiê, 2020.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1ª ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Acesso em: 20/04/2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>

LIRA, E. R. **A Descontinuidade do território Krahô**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – 2004

MALHEIRO, T. de C da C. O Des- encontro da alteridade na fronteira: “aldear o índio” na produção do urbano Amazônico. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil do período de 1978 - 1988. **GEOgraphia** – Ano. II – No 3 – 2000

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha -Dourados/MS**. Tese de doutorado. FCT/Unesp, 2015

MOUTINHO, Z. A. F.; ROCHA, D. F. B. As abordagens da geografia sobre os povos indígenas no Brasil nos últimos 10 anos. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.13, n.1, p.46-58, 2020.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

ORDÔNIO, I. N.; VIEIRA, J. L. da S.; MACIEL, C. A. A. O Coletivo Indígena Jupago Kreká na promoção da agricultura do sagrado no Espaço CAXO da Boa Vista, Pesqueira-PE. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista**

Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 5-26, 1 maio 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RIBEIRO, D. Sobre o óbvio. In: **Biolinguagem**. Com. Disponível em: http://www.biolinguagem.com/biolinguagem_antropologia/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf, 1986.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Para além das cercas que nos cegam: as naturezas das r-existências no campo na América Latina, 9. 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SANTOS, L. N. dos; COSTA, L. F. X. Os Guarani Kaiowá e as situações de conflito no Mato Grosso do Sul. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 9., 2019. Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SANTOS, G. V. **Conflitos territoriais no Brasil e o Movimento Indígena contemporâneo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente/SP: 2019.

SANTOS JUNIOR, A. A. **A conflitualidade para além da regularização territorial: a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na Terra Indígena Caçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2016.

VIEIRA, J. L. da S. A agricultura do sagrado no fortalecimento da identidade territorial do povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira e Poção-PE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Luana Elis Oliveira Pinto

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desenvolvendo pesquisa no eixo temático Geografia Agrária e Questão Indígena, vinculada ao Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre o Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará(UFC) com pesquisa defendida no eixo temático de Geografia agrária e conflitos no campo. Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia na mesma instituição (UFC 2009/2013) onde realizou seu trabalho de conclusão de curso com os seguintes temas: Formação Docente de Geografia e Educação do Campo.

E-mail: luanapinto1988@gmail.com

Gerlane Gomes da Rocha

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco. Licenciada em Geografia pelo Departamento de Ciências Geográficas na Universidade Federal de Pernambuco. Faz parte do Grupo de pesquisa Rede Pesquisadores - Itinerários das Ciências Humanas (RePECH) e do Laboratório

de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC-UFPE). É integrante da Cátedra Manuel Correia de Andrade da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Áreas de atuação: Geografia Regional, História do Pensamento Geográfico, Questão Agrária, Povos indígenas, Comunidades Tradicionais e Campesinato.

E-mail: gerlanegomesrocha@gmail.com